



Ofício nº 517/2005 -Mesa Setorial de Negociação/SEAD/MEC

Brasília-DF, 23 de agosto de 2005.

À Direção da FASUBRA

Cc: Dirigentes das Instituições Federais de Ensino

Senhores Dirigentes,

Em atenção ao OF.181/05-SEC encaminhado em 16/08/2005 pela Fasubra, que em síntese solicita a antecipação do agendamento da reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do MEC prevista para o dia 30/08/2005, apresentamos as seguintes ponderações:

1. Queremos ratificar, ao contrário do que alguns setores da categoria afirmaram, que havia um **processo de negociação em curso**, iniciado em julho e com término previsto para final de setembro, expresso de forma clara no ofício nº 392 de 8 de julho de 2005. O diálogo foi rompido unilateralmente pela FASUBRA, com a decisão de greve por tempo indeterminado a partir de 17/08/2005, fato este comunicado pela entidade em correspondência recebida em 16/08/2005.
2. Reafirmamos todas as propostas anteriormente encaminhadas por escrito às entidades constantes nos ofícios MEC dos dias 08/07/2005 e 16/08/2005, onde são apresentadas as propostas e ponderações relativas às finalizações da implantação da carreira, que consiste na efetivação do **enquadramento por capacitação** e aplicação do **Incentivo à Qualificação** a partir de **janeiro de 2006**. Para tanto, se faz necessário o cumprimento do prazo legal, para que as comissões de enquadramento finalizem seus trabalhos e que possam ser efetivados os cálculos dos recursos necessários. Nos cálculos preliminares, estimamos que o impacto orçamentário desta proposta deve ficar entre **250 e 320 milhões** de reais por ano.
3. Com relação ao **Vencimento Básico Complementar**, as distorções assinaladas referem-se às desvantagens que os servidores que o percebem terão quando da implantação do percentual de 3,6 entre os padrões de vencimento (STEP) em janeiro de 2006. Na reunião do dia 02/08/2005, apresentamos um estudo de proposta, que não foi discutida na categoria. Reafirmamos esta proposta, que prevê a não absorção do **VBC** em **janeiro de 2006**, possibilitando assim, que o ganho salarial que a categoria terá seja extensivo a todos os níveis de classificação. Esta proposta terá um grande impacto especialmente entre os técnico-administrativos do antigo **Nível Superior**, resolvendo um problema que preocupa hoje milhares de servidores e os dirigentes das IFES. Ainda estamos efetuando os cálculos, mas as estimativas iniciais prevêm um impacto de **100 milhões** de reais por ano.

4. A proposta de agenda de negociação até o final de setembro apresentada pelo MEC em 08/07/2005, não foi em nenhum momento questionada pelas entidade.
5. Entendemos que a greve é um direito dos trabalhadores, mas deve ser adotada como um instrumento extremo, quando esgotadas outras possibilidades de negociação coletiva, fato que no nosso entendimento não ocorreu.
6. Diante da maturidade e da experiência de lutas dos técnico-administrativos e da força de sua entidade, fazemos um último apelo para que o movimento grevista seja suspenso e que as negociações sejam retomadas até final de setembro, conforme o prazo apresentado anteriormente.
7. Por estes motivos, entendemos que não há razão para anteciparmos a reunião prevista para o dia 30/08/2005, encontro esse que desejamos que ocorra num clima de diálogo e negociação, a exemplo do que tem ocorrido na relação do MEC com a entidade nos últimos 18 meses.
8. Acreditamos firmemente na capacidade de diálogo dos técnico-administrativos e de suas lideranças, consolidando os avanços conquistados e impedindo que eventualmente haja prejuízos e retrocessos nas negociações mantidas até o presente momento.

Atenciosamente

**Ronaldo Teixeira da Silva**  
**Secretário-Executivo Adjunto**

**Jairo Jorge da Silva**  
**Secretário-Executivo**